



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1

ATA Nº 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 1 de abril de 2019

No dia um de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 1 da 1ª sessão ordinária do dia 1 de fevereiro, do ano 2019.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2018 – Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão;

4.3. 1ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2019 (Revisão ao Orçamento da Despesa, Revisão do Orçamento da Receita, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2

4.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019 (Artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março);

4.5. Pedido de apoio financeiro formulado pela Junta de Freguesia de Vila da Ponte, destinado à aquisição da casa da floresta de Vila da Ponte;

4.6. Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso para beneficiação do caminho das “Colmeias”, em Montalegre;

4.7. Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso para beneficiação do caminho dos “Tojos”, em Montalegre;

4.8. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso, destinado à beneficiação das obras na sede da Junta de Freguesia;

4.9. Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas para obras de beneficiação da freguesia;

4.10. Minuta do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento da Produção Pecuária (alteração);

4.11. Discussão do Relatório de Observância do Direito de Oposição;

4.12. Descentralização – Lei-Quadro de Transferências de Competências para as Autarquias Locais – Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;

4.13. EHATB / Relatório de Contas 2018. / Para conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

3

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e dois membros, à exceção de Manuel Rebelo, Nuno Pereira, Ana Maria Martins, João Carlos Rodrigues, Sandra Pinto, Marco Sousa, Isabel Cosquete, José Luís Nogueira e Vitor Carreira.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Manuel Carvalho, João Carlos Rodrigues, Marco Sousa, Lúcia Jorge Adriano Costa, Joaquim Moura e João Santos.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, estiveram presentes os Vereadores David Teixeira, Fátima Fernandes, António Gonçalves Araújo, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 — Apreciação e votação da ata nº 1 da 1ª sessão ordinária do dia 1 de fevereiro, do ano 2019.

A ata da sessão ordinária do dia 1 de fevereiro de 2019 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com quatro abstenções dos deputados Manuel Carvalho, Paulo Pinto, João Santos e António Reis.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, Hernâni Carvalho, José Fernando Moura, João Soares, Sandra Gonçalves, Ricardo Moura, Acácio Gonçalves, Rui Cruz, Iva Rebelo e Fernando Rodrigues.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, caríssimos Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caríssimos colegas Deputados.

Antes de tudo dizer ao senhor Presidente da Assembleia, que não recebi o maço de documentos relativos à ordem de trabalhos, como é de lei o seu envio aos representantes dos partidos. Por norma recebo sempre no último dia, e basta um atraso de correios para que este tipo de situações suceda, o que complica imenso a preparação dos trabalhos.

Quanto ao período antes da ordem do dia gostaria de trazer aqui a questão do Lítio. Quanto a esta matéria o PSD já emitiu uma declaração de princípios, que é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, e na qual defende a sua concordância quanto ao facto de este ser um projeto ancora para a criação de emprego, que a nossa região tanto precisa. Contudo resguarda a sua posição sobre a necessidade de se conhecer o estudo de impacto ambiental e que o mesmo seja favorável prevendo os impactos e as medidas de contingência, assim como queremos que haja um amplo debate sobre o assunto numa discussão pública que englobe entendidos na matéria, e que seja feita com todos os interessados nomeadamente envolvendo as populações locais.

Existem, entretanto, algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas, uma vez que o Sr. presidente foi a Lisboa ao encontro do Ministro, estará já em condições de nos esclarecer qual a intenção do governo? O que está previsto?

É, pois, público que foi já feita a assinatura do contrato de exploração com a Lusorecursos. Que contrato é esse? O quê prevê de contrapartidas?

O estudo de impacto ambiental, já existe? Ou à semelhança do aeroporto do Montijo, e como estamos em período eleitoral onde fica bem lançar tudo, estamos também a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5

avançar já com contrato e depois logo se verá, e faz-se um qualquer estudo de impacto ambiental à medida de quem quer "vestir o fato". Esclareça-nos também se a concessão CEPEDA é toda em Montalegre ou também abrange o concelho de Boticas?

Pelo que é público, a Câmara de Boticas terá emitido um parecer negativo à exploração do Lítio, já a Câmara de Montalegre parece favorável ao projeto. A câmara de Montalegre já deu algum parecer? Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

O deputado Hernâni Carvalho disse que o concelho de Montalegre ultrapassou a marca de incêndios florestais. A autarquia tem feito um esforço muito grande quer na prevenção, quer no combate, mas não há quem os consiga combater se esses desígnios não forem o de todos. É uma vergonha. A Câmara lançou a campanha de isenção das taxas de queimadas, mas começa a ser necessário que cada um de nós pense o que tem feito para lutar contra isso. É preciso pedir contas aos Presidentes da Junta, à oposição e aos Conselhos de Baldios.

Falou de uma iniciativa da GNR que teve o apoio da Câmara, de uma caminhada com as crianças da escola, preparando-as e educando-as para a cidadania pois daqui a vinte anos pode não haver floresta.

Realçou que a culpa não é dos pastores pois a maior parte dos incêndios nasce em povoamentos florestais. Das manchas florestais, foram consumidas mais de 100 hectares e morrem pessoas pois não têm consciência que as mudanças climáticas estão cá para todos.

Salientou que a o Gabinete Técnico Florestal tem feito um excelente trabalho, mas não chega. O concelho está a ser queimado todos os dias. Isto é vergonhoso. Cabril lidera e não é das aldeias com mais cabeças de gado.

Disse que o Plano Nacional de Emergência, sobre a vespa asiática, está muito bem montado. A presença desta espécie é nefasta, é um problema de saúde pública e um problema ambiental, mas aqueles que são solícitos para anunciar a desgraça não compareceram onde se discute esta problemática.

O deputado José Fernando Moura disse que partilha das ideias do deputado Hernâni Carvalho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

6

Perguntou ainda em que ponto de situação está o processo de certificação dos restaurantes.

O deputado João Soares parabenizou a renovada e recente equipa do PSD.

Disse que não é no refúgio das redes sociais que se deve fazer política, onde se fala mal de tudo e de todos.

Falou da assinatura de duas concessões: lítio e volfrâmio com a Lusorecursos e Mineralia. Perguntou qual a posição da autarquia e não a do Presidente.

Pensa que estes dois projetos irão impulsionar a economia, criar postos de trabalho e trazer nova gente e especializada ao concelho.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Senhores Deputados, meus senhores e minhas senhoras: decorrem neste momento algumas obras no concelho que suscitam diversas dúvidas. A estrada da EN311 a Pereira, por Amiar; o novo edifício da Junta de Freguesia de Salto; Escola Básica e Secundária Bento da Cruz.

Começando pela beneficiação da Estrada da EN 311 a Pereira, por Amiar, sendo que a EHATB já pagou 140.000,00€ da conclusão da primeira fase. A primeira fase refere-se a que trabalhos? Estão valas abertas para as manilhas e escoamento de águas pluviais e três muros de retenção, isto apenas na aldeia de Amiar. Facto é que as obras nem a meio vão e têm estado paradas de há uns meses para cá e não é por motivos climatéricos. Os habitantes daquelas aldeias questionam-se porque estão as obras paradas e ainda se têm pronunciado que está a ser mal executada, dado que vários locais vão continuar a não ter espaço para dois carros passarem simultaneamente.

No que diz respeito ao novo edifício da Junta de Freguesia de Salto, apesar da junta ser a dona da obra, a Câmara Municipal é a financiadora da obra na sua totalidade, sendo assim pertinente questionar o executivo do município, dado que também está em modo de letargia. Segundo tenho conhecimento, a obra não cumpre criteriosamente as normas de diversas ordens. Seria pertinente que o Presidente da Junta de Salto ou o executivo do Município esclarecessem os membros desta assembleia sobre o assunto. O mesmo acontece com a Escola Bento da Cruz, está parada porque motivos?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

7

Questiono o Presidente da Câmara, afinal o que se passa com as obras executadas em Montalegre? Como é possível a grande maioria das obras executadas neste município serem malsucedidas e algumas pagas a peso de ouro? Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves”.

O deputado Ricardo Moura disse que em Sendim, em frente ao restaurante, são precisos uns railes de proteção pois é uma zona perigosa.

Falou de um caminho em Padornelos, que vai para a estrada da fronteira, que precisa de intervenção. Foi limpo há pouco tempo pela Junta de Freguesia, mas precisava de obras de alargamento.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a Assembleia Municipal não cumpre com o que deve cumprir. Há sociedades societárias e os deputados não têm conhecimento das suas contas. A EHATB é a única que cumpre. Da RESINORTE, das Águas do Norte, das eólicas e do matadouro desconhecem-se as contas. As associações são uma desgraça completa. O Ecomuseu recebe tanto subsídio e não presta contas. As Associações não contabilizam os dinheiros que recebem. Se se fala de cor é porque não há informação. Os contratos programa da EHATB têm o valor de 650 mil euros e não se sabe onde foi gasto esse dinheiro. Estavam previstos ser gastos nas estradas de Pereira, de Covelães, em Friães, de Cabril a Paradela e não se vê obra.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros da mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sr. (s) Vereadores e Sr. (s) Deputados.

Na passada quinta-feira, dia 28 de março, os Barrosões ficaram perplexos com a notícia de que o Estado tinha assinado um contrato com a empresa LusoRecursos a autorizar a exploração de lítio nas terras de Barroso, mais concretamente, em Sepeda, freguesia de Morgade.

Digo perplexos, porque, poucos dias antes, o nosso Presidente da Câmara, em entrevista a um canal televisivo, confrontado com notícias que davam conta que esse contrato estaria prestes a ser assinado, afirmou que ele próprio estava surpreendido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

8

com tal possibilidade, dado que nem a Autarquia nem as populações de Morgade, Carvalhais e Rebordelo, até esse momento, tinham sido ouvidos sobre esse assunto.

Ora, perante as afirmações do Presidente da Câmara, não posso deixar de manifestar o meu profundo desagrado com tal atitude dos Governantes de Lisboa.

É inadmissível que, nos dias de hoje, prestes a celebrar os 45 anos da Revolução dos Cravos, onde os portugueses conquistaram o direito a serem eles próprios a decidirem o que querem para o futuro das suas localidades, o Estado Central, num qualquer gabinete do Terreiro do Paço, determine o que se vai fazer no concelho de Montalegre, sem que para isso tenha reunido primeiro com os representantes locais, quer políticos, quer associativos.

É uma ingerência inaceitável e incompreensível, própria de tempos idos, aos quais não queremos nem podemos voltar.

A exploração do lítio no nosso Concelho não pode ser imposta, muito menos pelos de Lisboa, tem de ser aceite pela população. Para isso é necessário promoverem-se sessões de esclarecimento, onde o projeto da extração do lítio deve ser apresentado e discutido perante os Barrosões, mostrando-lhes de uma forma clara, realista e não demagógica, as vantagens e desvantagens que esta atividade pode trazer para o nosso território.

Não é hoje que esta Assembleia vai tomar alguma posição sobre a exploração do lítio no nosso concelho, no entanto, é necessário estabelecer critérios que devem orientar este tipo de atividade para que possa avançar no Barroso.

Assim, deve ser um projeto aglutinador, um motor para o desenvolvimento local, que respeite o meio ambiente, que a riqueza gerada seja efetivamente colocada a benefício dos Barrosões e que possa ser um fator de fixação da população ao território, para isso deve, por exemplo, prever a criação de uma empresa de transformação de lítio e, numa vertente de economia circular, prever a criação de empresas de reutilização das escórias resultantes da exploração e transformação do lítio bem como de reutilização de baterias de carros elétricos feitas a partir deste mineral.

Mas o mais importante, no meu ponto de vista, é que se garanta que a exploração do lítio não seja feita a céu aberto mas sim em galerias, porque o local onde se pretende implantar a exploração mineira localiza-se numa encosta confinada entre duas aldeias, Carvalhais e Rebordelo, a pouco mais de 1.000 metros de distância de cada uma delas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

9

onde existem lameiros, floresta, linhas de água e, no sopé dessa serra, passa o Rio Beça.

Estas premissas devem ser exigidas aos promotores da exploração como garante da sustentabilidade económica e ambiental do projeto.

Os Barrosões contam com a sensibilidade que o nosso Executivo tem para com as questões ambientais.

O Barroso já sacrificou muito do seu território para o denominado interesse nacional que pouco ou nada nos deu em troca; é ver o exemplo da EDP, em que a produção é feita à custa do nosso território e a maior parte da receita vai direitinha para os cofres dos grandes Municípios como Lisboa e Porto, e agora até para a carteira dos Chineses. Não podemos cair no mesmo erro.

É verdade que é necessário combater o abandono do mundo rural, mas isso não pode ser feito a qualquer preço, há valores que são intocáveis e que devem ser mantidos a todo o custo, a saúde e o bem-estar das populações aqui residentes, assim como as tradições e costumes devem ser salvaguardados. O território deve ser preservado na vertente ambiental e paisagística, respeitando assim os valores naturais.

Não podemos esquecer que somos território da Biosfera, com o slogan “Montalegre - uma ideia da Natureza”, que temos a honra de ser dos poucos territórios a ter a classificação de Património Agrícola Mundial, galardão atribuído pela FAO (UNESCO). Esta distinção foi conseguida porque soubemos gerir o território de uma forma sustentável e em simbiose com a natureza.

Estas são as características que têm moldado, ao longo do tempo a identidade do povo de Barroso, não podem ser chutadas para canto. Os Barrosões e as gerações vindouras exigem que sejam preservadas e é por elas que devemos lutar com todas as nossas forças e convicção.

No dizer de Bento da Cruz, “Herdamos o último paraíso à face da Terra” saibamos honrar esse paraíso, saibamos preservá-lo. Viva o 25 de abril. Viva Barroso, disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz.”

A deputada Iva Rebelo falou sobre o Prédio Albino Fidalgo II, inaugurado a 29 de maio de 2016, e disse que é um edifício novo e já está degradado e não oferece o conforto mínimo. Os habitantes não podem utilizar as lareiras e tiveram que usar a energia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

10

elétrica, a qual nem todos podem pagar. Sendo que a garantia da obra é de cinco anos, pensa que seria de bom grado acioná-la para evitar males maiores.

O deputado Fernando Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Foi o tema do lítio aqui colocado por vários membros desta assembleia e o senhor presidente da Câmara dará, com certeza, as devidas respostas.

Mas queria também desde já abordar algumas questões sobre essa possível exploração no nosso concelho porque este assunto está na ordem do dia e acho que é muito importante. E deverá ser escrutinado e bem informado para que as pessoas possam formar uma opinião responsável, seja contra, seja a favor.

Num assunto económico desta importância é normal que haja interesses a defender e que possa haver até litígio, para além de informação falsa, manipulação e mentira. Mas para além de económica, esta questão é também de interesse público porque tem relevância social e implicações ambientais.

Tenho uma opinião favorável a este projeto, mas reconheço, como todos, com certeza, que precisamos de mais informação e esclarecimento para uma decisão fundamentada, responsável e definitiva. E por isso é preciso saber:

- 1-Se este assunto é real ou não é?
- 2-Se a empresa ou empresas envolvidas são credíveis?
- 3-Se a hipótese de exploração do lítio tem interesse para o concelho?
- 4-Se, na hipótese de ter interesse, quais são os danos e os proveitos?

A primeira questão parece fácil de responder: Este assunto é real porque há uma empresa que, depois de cumprir todas, e muitas, exigências legais, assinou com o Estado um contrato de concessão para exploração de lítio, uma SA, com capital social de 1 milhão de euros, a quem foi exigida uma caução de 250 mil euros para garantir a reposição dos terrenos intervencionados, à qual foi concedido o direito a laborar em determinada área e com determinadas condições.

Já as outras questões não são tão objetivas, nem, pelo que me parece, tem resposta fácil nem imediata. Por mais compromissos e boas intenções, paira sempre uma certa incerteza. Isto não é, por exemplo, como as eólicas, é mais complexo...

E, por isso, devemos pô-lo de lado?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

11

Eu, há dias, declarei apoio e, até institucionalmente, admiti que essa instituição poderia celebrar um protocolo com a empresa e alargar os seus serviços para prestar apoio às crianças e às famílias de trabalhadores que vierem a instalar-se. Compreendo que essa ação se inscreve numa campanha de normal informação da empresa, mas que, com isso, admiti, implicitamente, a credibilidade do projeto.

Não o faria se pensasse que estava a ser enganado.

Só que, depois disso, ouvi dizer, sobre o processo, que haveria estudos ambientais pagos para serem feitos à medida, isto é, a martelo e, portanto, falsos;

Que há pessoas contra e que a Câmara estaria contra ou não teria conhecimento de nada. E aí, fiquei mais confuso.

Há pessoas contra, mas acho que a grande maioria do concelho aspira e deseja que o projeto se concretize.

Mas, claro, é preciso esclarecer estas dúvidas e estas acusações, ouvindo, necessariamente, as partes envolvidas e estar atentos à Avaliação de Impacto Ambiental que terá de se realizar.

Nós temos no nosso país normas ambientais muito exigentes e estes projetos tem que ser apreciados por entidades independentes e só depois considerados pelo Governo. Veja-se que não houve uma autoestrada que não fosse contestada e até sabemos que aqui bem perto mudaram o traçado por causa do lobo. Tenho toda a confiança no senhor Ministro do Ambiente Matos Fernandes e acho que nesta área existem garantias de equilíbrio e de proteção dos valores essenciais.

Claro que haverá sempre danos numa exploração deste género, mas as autoridades agora fazem uma monitorização permanente dos trabalhos e, em nenhum país europeu, nem com o atual Governo, ou qualquer outro, se permitiria uma exploração irresponsável que, como já ouvi, polui as águas e lança pó que prejudica as culturas e causa doenças cancerígenas.

Quando se discutiu a instalação das primeiras eólicas no concelho houve quem dissesse que o barulho das torres não deixava dormir as pessoas na vila.

Tudo isto tem os seus exageros que depois são desmentidos com a realidade. E o certo é que as eólicas são hoje um grande apoio para as populações através dos seus baldios, para a Câmara e para o país, até por isso elogiado no estrangeiro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

12

E é aqui que se coloca a questão. Este projeto tem interesse para o concelho? Acho que tem muito interesse, até mais do que as eólicas, porque poderá criar muito mais emprego. E se andamos a dizer que o concelho precisa de criar postos de trabalho, não podemos ser nós, os locais, os mais interessados, a descredibilizar uma possibilidade, muito menos desprezar o interesse que um investimento deste montante, em várias áreas, representa para as freguesias envolvidas e para Montalegre, pela contrapartida do emprego direto, pela diversificação da economia, pelo crescimento dos sistemas existentes e pela renovação social que pode gerar.

Li, (já agora, no Jornal I) e não sei o valor e o compromisso efetivo que isso tem ou pode vir a ter, que o concessionário não se limita a fazer a exploração do lítio e que, por imposição do Governo, fará o seu processamento ou (refinação) no local. Ora, esta obrigação, e a disponibilidade anunciada pela empresa de aproveitar subprodutos e construir uma fábrica de cerâmica, cria nestas duas áreas o dobro do emprego que terá a exploração em si. E que haverá 10% do resultado à saída da mina que pode consignar parte para um eventual fundo ligado ao programa de valorização do "Barroso Património Agrícola Mundial" da FAO. Isto, claro, para além da reposição paisagística obrigatória e de outros investimentos de carácter ambiental, cultural e turístico.

Está muita gente à espera, e isto pode ser nada, ou trazer o maior impacto permanente de sempre na sua dinâmica económica e social às zonas envolvidas e à vila de Montalegre.

E vamos dizer que a Câmara deve oferecer 500 empregos e mandar inscrever as pessoas? Claro que não.

Vamos dizer que basta acreditar? Ou o contrário, que isto parece bom de mais para ser verdade?

Nem uma coisa nem outra, mas disponibilidade, moderação e realismo porque há uma possibilidade real, mas muito investimento em causa e muita complexidade num processo desta natureza. Mas que nós não podemos perder.

Era preciso saber é se estes anúncios são, ou podem ser, compromisso legal e efetivo, porque isso era muito bom. E depois, agarrar este projeto com empenho, com grande esperança, porque não há outro igual nem parecido. Com a discrição exigida, sim, assegurando o cumprimento das regras, promovendo um necessário esclarecimento público, com participação de críticos, da população, da empresa, porque não se pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

13

destruir à partida o que não conhecemos, mas que se apresenta como projeto concreto, ousado, ambicioso e de tanto interesse local.

Se se fizer isto, com responsabilidade, com equilíbrio, com respeito, ajudamos ao esclarecimento público e haverá mais confiança nas decisões e melhor resultado.

Acho que temos um grande desafio e uma grande oportunidade para o concelho, que exige muito trabalho e negociações das entidades, e muita dedicação.

Não acredito que seja de imediato, nem de uma só vez, e podem até não ser tantos, mas oferecem-nos 500 postos de trabalho!

E por isso estou certo que a Câmara é o primeiro interessado em apoiar, que terá toda a abertura, e que tudo fará para projetar o futuro, para defender os interesses comuns, no melhor serviço à nossa terra e à nossa gente. Assinado, o deputado municipal Fernando Rodrigues.”

O Senhor Presidente da Câmara louvou a intervenção do Presidente da Assembleia e disse que concorda com tudo o que foi dito. Se há uma mensagem implícita de que o Presidente da Câmara está a favor do lítio, tal é uma efabulação maldosa com autores bem identificados. A Câmara está serena e expectante. Temos a experiência da Borralha que foi uma espécie de Nova York a operar noite e dia e, talvez por ter nascido em Salto, sabe bem o que é a exploração mineira. A este propósito fez ver que está em fase de implementação um contrato de exploração experimental que terá a duração de dois anos na Borralha para a exploração de volfrâmio. Para que se perceba melhor a surpresa suscitada pela reportagem suscitada pelo Jornal i, aquela resulta da circunstância inusitada de a Câmara Municipal nunca ter sido consultada, agora que se anuncia para breve a assinatura do contrato de exploração. A Câmara nunca emitiu parecer positivo sobre a exploração. Há sim um pedido de parecer da Ambieco Energia Lda, que mereceu a resposta seguinte: “Na sequência do solicitado e relativamente ao assunto supra sou a informar V. Exa que o Município de Montalegre se reserva ao direito de sugerir que tão impactante projeto não tenha exclusivamente em conta o interesse económico financeiro de quem quer que seja (empresa, região, país) e condicione a concessão da exploração à observância das normas da defesa e proteção do ambiente e salvaguarda do interesse das populações constantes das áreas afetadas.” Esta é a posição da Câmara e do seu Presidente. Tudo muito claro e sem mistificação – disse.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

14

Acrescentou que a Lusorecursos nunca requereu nada à Câmara. E só há pouco tempo soube que a Ambieco está ligada à Lusorecursos.

Disse que a exploração do lítio tem que respeitar em absoluto o património paisagístico e ambiental, que é marca identitária da região, e lamenta estar a ser confrontado com um facto consumado. Com a Lusorecursos nunca reuniu. Reuniu com o Senhor Ministro e Secretário de Estado a seu pedido e foram estes quem lhe transmitiu que nessa mesma semana iria ser assinado o contrato de exploração. Que venha o plano de lavra e o estudo de impacto ambiental e nessa altura haverá elementos para uma tomada de posição assertiva, racional e centrada na defesa de tudo quanto diga respeito à defesa dos interesses das populações, da terra e da região.

Sobre os estudos de impacto ambiental, disse que muitos são feitos à medida dos interesses dos investidores, sendo disso o exemplo a localização anunciada para o novo aeroporto de Lisboa e que, no seu entender, colide com o Santuário de nidificação das espécies migratórias. Mas tranquilizou a Assembleia, informando que muito recentemente foi reprovado o estudo de impacto ambiental sobre uma linha de alta tensão que vai atravessar toda a freguesia de Salto. Há que confiar na ciência e na técnica.

Sobre o prédio Albino Fidalgo, disse que está ocupado há três anos, mas já foi construído há cinco. Apresentou deficiências que foram identificadas e intervencionadas.

Informou que os assuntos levados às reuniões de Assembleia Municipal são obrigatórios por lei, assim são os casos da EHATB e do Matadouro. A Câmara utiliza o método de equivalência patrimonial, isto é, as contas das empresas refletem-se nas contas da Câmara.

Sobre a rede de Cuidadores Informais, felicitou o deputado Acácio Gonçalves por ver na geringonça uma medida positiva. E no que depender da autarquia, essa rede será criada. Se há subsídios direcionados para terceiros, disso não tem conhecimento e se alguém o tem, que o diga clara e abertamente.

Os contratos da EHATB vêm para aprovação da Câmara, bem como o plano de atividades e orçamento e se o Executivo decidir substituir um projeto por outro tem de o submeter à aprovação dos órgãos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

15

A estrada entre Cabril/ Paradelas terminou em Chelo porque se intervencionou a zona mais degradada. Não há dinheiro para uma intervenção em toda a sua extensão. Tem que se intervir por etapas.

Elogiou a brilhante intervenção do deputado Hernâni Carvalho. É vergonhoso que haja pessoas que sabem quem atíça fogo aos montes e ninguém as denuncia. O jornal “Planalto Barrosão” trouxe a primeira página a preto e branco pensa que para sensibilizar as pessoas para esta barbaridade, pois os criminosos andam aí. Ficava bem à Assembleia Municipal de Montalegre fazer chegar à Secretaria de Estado, ao Ministério, à Proteção Civil uma tomada de posição contra estes crimes. Não são os pastores, que até têm uma boa relação com o ambiente, quem chega fogo. São as pessoas que destroem pelo prazer de destruir e devíamos ter coragem de denunciá-las. Mais disse que quem chega fogo aos montes são os jornais, as televisões e as rádios que aos incêndios dão exagerada cobertura.

Disse que as entidades competentes andam todas as semanas a reunir e os bombeiros já não têm meios nem orçamento para acudir a tanta desgraça.

Sobre os rails de Sendim, disse que a situação está sinalizada e merecerá a necessária atuação. O caminho que o Sr. Presidente de Padornelos refere não o conhece, mas pouco préstimo terá face aos constantes incêndios do Larouco.

Sobre as obras que a Câmara faz e que para alguns são malfeita, disse que irão continuar, como é o caso do Castelo e do Arquivo Municipal que apenas aguarda, há mais de nove meses, o visto do Tribunal de Contas. Há obras necessárias como é o caso das estradas, mas para as quais não há financiamento e por isso têm que ser feitas por fases. A estrada de Pereira vai ser feita por fases, está em fase de conclusão a primeira parte da intervenção.

Sobre o edifício da Junta de Freguesia de Salto, disse que a obra não é da Câmara, mas pode dizer que houve alguns problemas que estão a ser tratados de forma a tudo ser ultrapassado. As obras da Escola Bento da Cruz, que também foi tema para delírio nas redes sociais, estão a decorrer dentro do planeado com a Direção do Agrupamento e a DGEST. Não é fácil fazer obras com as atividades letivas a decorrer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

16

Felicitou também a nova liderança do PSD e espera que esta venha para trabalhar, cooperar e construir. O concelho precisa de todos sobretudo de quem seja portador de boas ideias.

Quanto ao processo de certificação dos restaurantes, disse que está a decorrer dentro dos timings previstos e logo que haja mais informação, fá-la-á chegar.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Duarte Gonçalves, Hernâni Carvalho, Sandra Gonçalves, João Soares, Iva Rebelo e Ana Isabel Dias.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Começo por responder ao colega deputado Hernâni Carvalho, que afirmou desconhecer propostas do PSD em relação à questão dos incêndios. Penso que esta questão é algo transversal e que nos une a todos. Acho bem que se peça como o fez, o envolvimento de nós todos enquanto cidadãos com responsabilidades acrescidas e dos Presidentes de Junta e dos baldios, mas discordo totalmente quanto à necessidade de politizar esta questão. Acho que debater se as vossas ideias ou as nossas seriam melhores ou piores, de trazer mais ruído e alarido para este assunto em nada vem ajudar os profissionais envolvidos no terreno. Politizar o combate as chamas no meu entender é um erro.

Quero também agradecer a saudação expressa pelo deputado João Soares em relação à eleição da nova equipa dirigente do PSD. É por certo uma nova equipa, renovada e com uma nova vontade em fazer diferente. Igualmente o Sr. Presidente se referiu a essa eleição, agradeço, sendo que denoto aí alguma incoerência, porque o comunicado emitido pelo partido socialista, e está aqui o seu presidente, é contrário a esse espírito, pois se o que têm a dizer face à eleição do seu opositor é aquilo, a vários níveis inqualificável, portanto como você referiu no que respeita à política de tasca e bordel, estamos conversados. De facto, não vamos por aí, pois por aí não se começa bem.

Quanto à questão do Lítio, parece-nos esta uma questão unânime no momento. Todos queremos conhecer o estudo de impacto ambiental para tomarmos posição mais informada, sendo que a discussão pública também se fará pois é de lei que a mesma aconteça junto com a Avaliação de impacto ambiental.

Muito me estranha o Sr. Presidente ter ido a Lisboa para falar com o Ministro, que é do seu governo, e tenha vindo de lá com nada. O que reforça o sentimento de que andam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

17

a fazer este negócio nas nossas costas, e a preparar o fato a medida. E como sabemos o governo central não dá nada ninguém. Alguma coisa anda a ser cozinhada, e nós já ouvimos as declarações do ministro João Galamba que fala num player único no mercado nacional para o Lítio, portanto preocupa-me que nisto à imagem do que sucedeu com as Eólicas, alguém anda na frente a fazer contratos de concessão e exploração, para garantir direitos, e após o concurso público internacional com uma grande empresa internacional única a operar no mercado, estas empresas vendam as suas posições para lucrar às nossas custas. Eu suspeito da capacidade da Lusorecursos levar a cabo a empreitada a que se propõe, dado o seu capital, a não ser que tenha um forte investidor por trás!

Quanto ao parecer da Câmara, Sr. Presidente, hoje é dias das mentiras, pode dizer o que quiser, mas falou apenas na emissão de um parecer qualquer, que não diria respeito à Lusorecursos. Pois bem, tenho em meu poder um parecer da comissão de avaliação, composta pela Agência Portuguesa do ambiente, CCDRN, Direção geral do património cultural, ICNF, Direção geral de energia, Laboratório nacional de Energia e Geologia e Instituto superior de agronomia, relativo ao projeto de exploração Mineira SEPEDA, que enumera algumas lacunas significativas e elementos em falta, e que refere claramente que foi pedido um parecer externo ao Município de Montalegre sendo o mesmo foi favorável nos seguintes termos "...o mesmo mereceu parecer favorável dado tratar-se de um projeto de interesse para o desenvolvimento Económico e Social do Concelho." Portanto, não sei com base em quê, mas você já se pronunciou. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves".

O deputado Hernâni Carvalho disse que se politiza de uma forma má quando se acusam os comandantes dos Bombeiros de fazerem propaganda política nas suas atividades de voluntariado. Rui Rio, Presidente do PSD nacional, veio a terreiro com a questão dos incêndios e criticar o Governo de António Costa e isso é saudável, desde que centrado nas equações importantes. A liberdade de expressão tem que ser um direito.

Concorda com o Senhor Presidente da Câmara quando diz que a Assembleia deveria tomar uma posição, mas se calhar vamos ficar mal na fotografia pois não podemos criticar a comunicação social quando os próprios organismos dos Estado alimentam essa informação. A página da Autoridade Nacional da Proteção Civil publicita as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

18

ocorrências dos incêndios rurais e anuncia aos “inimigos” onde estão os meios de combate.

Terminou, louvando a forma com a sessão da Assembleia Municipal decorreu pois não foram discutidas quezílias pessoais e partidárias e, nas questões de verdadeiro interesse, se conseguem gerar consensos.

A deputada Sandra Gonçalves disse que se há gente que sabe quem são os incendiários e não os denuncia, também é criminoso. Estão a ser coniventes com os criminosos.

Disse que as obras são necessárias, são é mal-executadas. Precisam de intervenções constantes pois nascem logo mal. Convém corrigir essa situação para que não se injete dinheiro em obras recentes.

O deputado João Soares disse que as redes sociais são veículos importantes de informação e formação, mas não fomenta, não implementa e não frequenta as redes sociais. É contra elas como veículo de desinformação e contra informação, como azedume de maledicência de valores.

Quando a proteção civil dá informações sobre os meios de ataque aos incêndios está a dar trunfos aos inimigos.

Disse que estava à espera que alguém trouxesse um tema que foi transmitido ontem pela SIC, sobre o abandono das Casas dos Colonos, até porque houve a posição da Câmara através do Senhor Vice-presidente relativamente a futuros projetos. Isto demonstra que a Câmara Municipal, sendo apoiante de um Governo, não é subserviente do Governo contra as populações. Luta contra o Governo para defender os interesses das populações.

A deputada Iva Rebelo disse que as deficiências do Prédio Albino Fidalgo foram identificadas, mas lembrou que em 2016 a obra foi dada como concluída e foi entregue a 29 de maio de 2016, e em 2017, existiam três paredes com humidade nos quadros elétricos. Dois anos depois, essas humidades continuam as mesmas, com infiltrações de água e risco de curto circuito. Estão lá dezoito famílias, supostamente carenciadas, que foram impedidas de utilizar as lareiras originando contas de eletricidade bastante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

19

avultadas. trata-se de um perigo público. As habitações sociais têm que ter condições para serem habitadas ou não.

A deputada Ana Isabel Dias falou da rede de cuidadores informais e disse que é estatuir e reconhecer o trabalho de familiares que tomam conta de familiares com deficiência ou dificuldades. O RSI e o CSI são medidas de políticas sociais muito importantes e que por acaso vem das mãos dos socialistas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não referiu o parecer que o Sr. Deputado exhibe por mero lapso ou esquecimento. Não teve intenção de o esconder pois não há nada para ser escondido. O parecer que foi para a Lusorecursos foi o mesmo que foi para a Ambieco. Considera de especial interesse haver investimento, mas que haja respeito pelas normas ambientais.

Disse que o alarido levantado em Boticas não pode ser levantado em Montalegre. Queremos investimento, queremos desenvolvimento, queremos criação de postos de trabalho, mas não queremos devassa nem a destruição do património ambiental e paisagístico a qualquer preço. E a defesa do interesse das populações mais diretamente abrangidos pela intervenção terá de ser acautelada e a Câmara estará na primeira linha de defesa desses interesses.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

20

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2018 – Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e Acácio Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Quanto aos mapas de apresentação de contas, é mais do mesmo. Nós como sempre não discordamos da componente técnica, mas sim das opções políticas que nos trazem a que sejam estes e não outros números os apresentados. E a título de exemplo, vocês gastam quatro vezes mais em desporto automóvel que em saneamentos, portanto as vossas prioridades são claras e nós discordamos delas, nós faríamos diferente, resta-nos votar contra como forma de não validar estas políticas de despesa.

Há ainda o diferendo com as águas do norte relativo aos consumos mínimos, que nos preocupa, pois a dívida ascende já a 2,5 milhões de euros, sendo convicção da câmara ganhar a contenda em tribunal, há aqui um risco forte, que não está totalmente provisionado, pois a provisão constituída ascende apenas a 1,6 milhões. Já perguntei na última assembleia se este problema foi negócio aquando do recém-contrato de adesão às águas, mas parece que não foi.

Quanto às demonstrações financeiras a câmara tem um grande desequilíbrio operacional, apresenta um resultado operacional negativo de 4,8 milhões, sendo que precisa de ter excelentes resultados financeiros para procurar cobrir esse desequilíbrio, e tal não aconteceu em 2018, pois os resultados financeiros de apenas 3 milhões não foram suficientes, isto deve-se em grande parte pela baixa execução dos fundos do Portugal 2020. Ou seja, a câmara tem fraca eficiência operacional, quando a eficiência financeira fica aquém, dá neste problema recorrente.

Quanto à estratégia de gestão, no início houve uma tentativa do executivo em apresentar resultado líquido positivos, mas a partir de um certo momento do mandato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

21

isso inverteu-se e vocês voltaram aos défices. Apresentam, pois, este ano um resultado líquido negativo 1,7milhões de euros, sendo que a conta de resultados transitados é cada vez mais negativa (ascende já a 36,2 milhões de euros) e isso tem implicações nos fundos próprios do Município, isso mesmo é referido pelo ROC e denota-se por exemplo na necessidade de terem contratado empréstimo para se fazer a estrada para Chaves. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

Ao deputado Acácio Gonçalves preocupa-o as obras prometidas que ainda não foram cumpridas: a escola do Baixo Barroso, a fossa de Meixide, a Escola da Bento da Cruz, o saneamento de Vilarinho de Negrões e Parafita e respetiva rede de águas, a piscina, a estação de camionagem, mais uma série de obras que ficam para as calendas. Há uma festa de favores e tolerâncias que cada um pede o que quer e não pode ser assim. Tem que haver critérios.

Disse que à Associação de Travassos da Chã só lhe são atribuídos mil euros. Uma associação que investiu e que dinamizou a aldeia de Travassos da Chã e mostrou obra, a Câmara não lhe reconhece o trabalho. Quando viu aquilo pensou que os membros da associação não devem ter dignidade senão devolviam-lhe o cheque. Convinha que o Presidente da Câmara visitasse a aldeia e investisse lá mais um pouco pois é um ponto turístico que está mal aproveitado.

Disse que não pode concordar com o dinheiro gasto na sexta 13. Está a ficar muito cara, 308 mil euros é muito dinheiro e os proveitos que os comerciantes locais têm são muito inferiores aos que vêm de fora.

A pista automóvel continua a levar quase meio milhão de euros e é um desporto para forasteiros. Devia-se incentivar mais as pessoas de cá a participar.

Relativamente à Volta de Portugal em bicicleta, disse que se gasta muito dinheiro para se dar umas pedaladas e arrancar para outro lado.

Falou do aquecimento das escolas que tinha previsto 87 mil euros e só preveem 38. Ratear para menos da metade não se entende.

Disse que a Câmara prometeu 118 mil euros para a promoção do sucesso educativo e só lhe dá 35 mil. As crianças andam desmotivadas e a Câmara nada faz. Como para a CPCJ que tinham previstos cinco mil euros e apenas lhe deram três mil. Só para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

22

Cercimont é que previram 24 mil e deram 24 mil e para a Misericórdia previram 304 e deram 304 mil euros.

O Senhor Presidente da Câmara deu os parabéns ao deputado Acácio Gonçalves pela forma incisiva, criteriosa e transversal com o que fez a leitura dos documentos. Só não percebe se o deputado acha que se deve dar ou não apoio às associações. Não percebe como é que o deputado Acácio acarinha determinadas associações e agride outras que são uma espécie de amor de estimação com aspas.

Disse que a função da Câmara não é apoiar o funcionamento de bares. A missão da Câmara é apoiar as associações naquilo que são as suas prerrogativas, necessidades e ambições. Travassos da Chã tem uma boa associação, dinâmica, com associados que fizeram uma intervenção de peso na sede e onde gastaram muito dinheiro sem que viessem pedir nada à Câmara. Quando a Associação que refere pediu apoio foi atendida com a verba correspondente ao conjunto de atividades inscritas no respetivo plano.

O deputado Acácio Gonçalves falou de uma série de coisas que não correspondem à verdade. A Escola do Baixo Barroso já foi intervencionada, já foi paga e até rececionada. O saneamento de Parafita só ainda não arrancou porque o empreiteiro está empenhado nas obras do Castelo e da Rua da Costa. Só depois avançará para Parafita. O saneamento de Ladrugães vai arrancar no final do ano e a ETAR de Salto está à espera do visto do Tribunal de Contas. O figurino da sexta 13 está montado temos obrigação de o valorizar. Não podemos por em causa um projeto que tantos anos levou a consolidar.

Disse que a piscina nunca foi uma promessa. Foi integrada no aviso designado por eficiência energética. Fez-se o projeto e a candidatura. É um investimento de 1,5 milhões de euros e temos informações que a Unidade de Gestão apenas se pronunciará favoravelmente ao conjunto de obras integradas naquele conceito e que não irão além dos 300 mil euros. Com tão pouco financiamento fica a Câmara sem capacidade de intervenção.

Disse que o Município de Montalegre vai continuar a dar subsídios às associações, quer a oposição goste ou não. Quem lhe dera poder ir além dos dois milhões de euros. As associações bem o merecem pois são elas quem dinamizam o território. Para a contabilidade pública considerar os subsídios como despesa ou um custo porquanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

23

isso tem uma incidência negativa nas contas apresentadas. As contas da autarquia de Montalegre são muito boas e invejadas. Só em amortizações temos seis milhões de euros.

Sobre a dívida às Águas do Norte disse que ela existe, está a ser contestada em tribunal e há provisão de 1,6 milhões de euros para o que vier. Mais disse, que em boa hora se aderiu às Águas do Norte, porquanto o Cávado, só por si, não assegura o regular abastecimento à Vila. Pena, o PSD não acompanhar o PS nesta visão tão promissora e abrangente.

Sobre os saneamentos disse que a Câmara tem alguns em curso. Verifica que o PSD é contra a pista quando dela podemos dispor e para ela conquistamos provas. Paradoxalmente está a favor da pista quando a IMG suspende unilateralmente um protocolo, que no seu entender, tal como no nosso, traz prejuízo à terra e à região. Há imagens que valem mais do que mil palavras e o conjunto de iniciativas que Montalegre promove ao longo do ano são promotoras de investimento, dinamizam o território e geram atratividade.

Informou que os custos do saneamento são repercutidos no tarifário da água. Pelo que fica a impressão de não saberem o que dizem os que da política e da Câmara só vêem saneamentos. Uma coisa tem que dar para a outra. Hoje temos as contas desequilibradas e tem que se aumentar todos os anos ao tarifário da água para suportar as despesas com saneamentos. Assim diz a Lei. Assim nos impõe a Entidade Reguladora. Assim temos de proceder.

Deliberação: A proposta foi aprovada com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Acácio Gonçalves e Jorge Lestra.

4.3. 1ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2019 (Revisão ao Orçamento da Despesa, Revisão do Orçamento da Receita, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

24

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente aproveito para dizer que não concordo com a forma como respondeu quanto às contas, dizendo que nós queríamos que cortasse no apoio às associações. Eu não disse tal coisa, o PSD não defende tal coisa, e nem sequer se falou em gastos nas associações. Porque não falou por exemplo em poupar nos gastos com a pista automóvel, nesses sim eu falei.

E esta revisão que aqui apresenta, visa alocar o saldo de gerência, apesar de ser uma operação de gestão, vamos ter de votar contra o mesmo visto que não nos é diferente as opções de alocação do salto às diferentes rúbricas, e existem aqui 200 mil euros que vão ser alocados a um reforço no desporto automóvel. Como já é sabido somos contra estes gastos exorbitantes na pista, e temos de ser consentâneos com essa postura. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, José Fernando Moura e Jorge Lestra e com uma abstenção do deputado Acácio Gonçalves.

4.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019 (Artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve Intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

25

4.5. Pedido de apoio financeiro formulado pela Junta de Freguesia de Vila da Ponte, destinado à aquisição da casa da floresta de Vila da Ponte;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves questionou o Sr. Presidente da Câmara qual o destino que se pretende dar à casa com esta aquisição, e qual a posição da câmara em relação às demais casas de floresta do concelho?

O Senhor Presidente da Câmara disse que o fim desta casa florestal será para instalar a Junta de Freguesia de modo a separar a junta de Freguesia do Centro Social que convivem no mesmo espaço. Foi um trabalho moroso e exaustivo conquistado pela Junta de Freguesia para evitar a degradação. Todas as demais casas florestais, se no âmbito da descentralização vierem para a posse da Câmara, no próximo quadro comunitário, tentar-se enquadrar a recuperação dessas casas numa candidatura.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Jorge Lestra, Acácio Gonçalves e José Fernando Moura.

4.6. Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso para beneficiação do caminho das “Colmeias”, em Montalegre;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Recebi um alerta sobre o estado do caminho, estando o mesmo numa lastima pelas fotos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

26

recebi. Pergunto se esta verba de 20000€ foi já para reparar o caminho e vem cá à posteriori, ou se, já se tendo feito a intervenção isto é para reparar o que foi mal executado. Porque no segundo caso, haveria que acionar garantias e responsabilidades. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Jorge Lestra e Acácio Gonçalves.

4.7. Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso para beneficiação do caminho dos “Tojos”, em Montalegre;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e António Morais.

O deputado Duarte Gonçalves pediu esclarecimento sobre os caminhos em questão pois foi feita a intervenção, gasto muito dinheiro e os caminhos estão uma lástima. Se a obra está feita, tem que se pedir responsabilidades a quem fez a obra.

O deputado António Morais disse que o caminho está feito em tout vennat e está impecável, parece uma autoestrada.

O deputado Duarte Gonçalves, exercendo o seu direito de resposta disse que, não passou nos caminhos em questão e por isso perguntou se se trataria de casos diferentes.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Jorge Lestra e Acácio Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

27

4.8. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso, destinado à beneficiação das obras na sede da Junta de Freguesia;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.9. Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas para obras de beneficiação da freguesia;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves questionou o executivo porque é que o preço do m2 de assentamento do cubo com junta de cimento, em Fervidelas é mais caro 1€ por m2 que em Fiães? É o que consta do orçamento!

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco abstenções Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo e Acácio Gonçalves.

4.10. Minuta do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento da Produção Pecuária (alteração);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

28

Inscreveram-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves, José João Moura e Rui Cruz.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Quanto ao regulamento de apoio à produção pecuária, mantemos a nossa posição de que o mesmo viola os preceitos da Lei da concorrência ao obrigar os agricultores a efetuarem a sanidade animal com uma única entidade, para receberem o apoio, neste caso a COOPBARROSO.

Este ano, devido à vacina da tuberculização dos vitelos, o apoio passa de 9 para 14 euros no que respeita a bovinos jovens. Contudo a Câmara propõe aqui para aprovação uma redução significativa do valor global do apoio a conceder aos agricultores. Enquanto que no ano anterior o valor efetivamente gasto com a sanidade animal foi de 26.2000€, o executivo propõe neste regulamento e para o ano de 2019 um valor máximo de 17.5000€ o que se traduz numa redução do apoio aos agricultores do concelho em menos 77.000€

Pelos motivos expostos esta proposta merece o nosso voto contra. Assinado o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O deputado José João Moura disse que o regulamento foi bem redigido em 2011 e foi aprovado por unanimidade em reunião de Assembleia Municipal. Aquilo que estava perfeito acabou por ser estragado com as alterações. Os produtores de animais são livres de trabalharem com quem querem. Não politizem a questão da sanidade animal. Sabe que as associações de agricultores estão cada vez a ganhar mais força, mas enquanto os animais não têm capacidade de voto, deixem os animais comer da gamela que querem. Façam como o seu congénere de Chaves que fez um protocolo que faz referencia à OPP e que esta tem que operar no concelho de Chaves.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “ Bom dia a todos novamente.

Em relação a este assunto, permitam-me expor três pequenas e breves observações. O Município de Montalegre, ao criar este Regulamento, tem como principal objetivo o apoio financeiro à produção pecuária. Apoio esse, e muito bem, que demonstra uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

29

aposta clara na produtividade, diferenciando positivamente quem produz mais, estimulando assim o desenvolvimento socioeconómico que deve ser prioritário para o nosso Concelho que vive essencialmente da agropecuária, onde obtemos os nossos produtos locais de excelente qualidade, reconhecidos por esse País fora.

O artigo 3.º deste Regulamento estabelece as condições de acesso que os candidatos têm de reunir cumulativamente. No entanto, na alínea c), do mesmo artigo, fica no ar a possibilidade das normas obrigatórias de saúde pública, sanidade animal, higiene pública veterinária, bem-estar animal e respeito pelo meio ambiente, não serem também um dos requisitos a respeitar, pois não está correto determinar que só o serão quando o Município de Montalegre assim o impuser.

Devido à importância destas normas, entendo que as mesmas devem ser sempre obrigatórias e por isso é conveniente serem incluídas no conjunto de requisitos a reunir pelos candidatos. Caso contrário, pode-se estar a contribuir, sem querer, para que as mesmas não sejam respeitadas.

De igual modo o n.º 2, do artigo 7.º do citado Regulamento, artigo onde se estabelecem as condições do pagamento do apoio, entendo que esse ato só deverá ser autorizado aos beneficiários que não tiverem dívidas ao Estado e ao Município, cumulativamente, e não só a um deles, por isso julgo que este ponto deve ser modificado nestes termos. Por último, compreendo e aceito os motivos da existência do ponto 3 do artigo 7.º. No entanto, em vez de constar das condições estabelecidas no artigo 3.º, deve antes ser entendido como um requisito de acesso à candidatura, portanto merece constar do referido artigo 3.º e não do 7.º. Se é esse o propósito faça-se a respetiva alteração. Disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz.”

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que os valores de base do regulamento é o mesmo do ano passado, mas se houver necessidade de ajustamento há meios para o fazer.

Politizar a sanidade não devia ser tema. Esta OPP custou muito a ser criada, contra a vontade de muitos. A maior parte das pessoas deviam ficar lisonjeada porque ninguém é capaz de fazer melhor por nós do que nós mesmos. Não se justifica ter uma OPP em Montalegre e os produtores irem fazer a sanidade fora do concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

30

Deliberação: Aprovado por maioria com quatro votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo e com quatro abstenções dos deputados Acácio Gonçalves, Rui Gonçalves, Jorge Lestra e Márcio Azevedo.

4.11. Discussão do Relatório de Observância do Direito de Oposição;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e Acácio Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, este relatório que aqui nos apresenta é um proforma. A lei obriga e vocês fazem-no para dizer que cumprem.

Está em causa um relatório sobre os direitos da oposição, sem que estes tenham contribuído para o mesmo. É feito em causa própria e na defesa do Município em vez de defender os direitos da oposição. Está na moda as fake news, e este é algo do género, será um fake report. É um relatório que visa branquear algumas situações, e esconder outras tantas. Refere, a título de exemplo, que foram facultadas respostas aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores, quando dos 18 pedidos que negaram a informação e sobre os quais existiu a necessidade de se remeterem à CADA, tendo mesmo dado pronúncia favorável aos vereadores da oposição no sentido de obrigar o Município a dar a referida informação, desses 18 apesar da pronúncia favorável ainda nenhuma informação foi entregue.

Refere também o relatório que foram facultados aos representantes dos partidos políticos na assembleia municipal as propostas do PPI e PAM, para que pudessem dar os seus contributos, o que é falso.

Existiram atas da câmara e da assembleia que foram questionadas e até obtiveram os votos contra da oposição e tudo é ocultado. Existiu a negação do uso da figura de defesa da honra do vereador da oposição em assembleia numa clara violação do regimento municipal, e tal facto é branqueado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

31

Não podemos deixar passar isso em branco, por isso este relatório não merece a nossa aprovação. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O deputado Acácio Gonçalves disse que o principal direito da oposição é o da informação e este é o que menos tem. A informação tem que ser privilegiada para ter fundamentos legais para que se possam pronunciar. É um relatório muito sucinto que não avalia e não é nada substancial. Reforça o apoio à declaração de voto apresentado no executivo pela coligação, pois os pedidos são feitos e não tem resposta.

O Senhor Presidente da Câmara disse que tudo aquilo que é obrigação de informar, a autarquia fá-lo, pois não há nada a esconder. O conjunto exageradíssimo de documentos solicitados implicaria ter dez pessoas a trabalhar para a oposição e isso não se vai fazer. Não é por se ser mais desconfiado que se faz melhor oposição. A CADA não faz jurisprudência. Estar a oposição, neste momento, a pedir documentos que já foram escrutinados pela oposição da altura, não faz sentido nenhum. Só serve para molestar e perder tempo pois os papéis solicitados demoram muito tempo a compilar.

Assembleia tomou conhecimento.

4.12. Descentralização – Lei-Quadro de Transferências de Competências para as Autarquias Locais E Entidades Intermunicipais – Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;

Relativamente ao assunto supra referenciado o senhor Presidente da Câmara fez a explicação e apresentação da proposta submetida à reunião do executivo no dia vinte e cinco de março do ano em curso e a deliberação tomada naquele órgão, sobre as competências que foram aceites e não aceites pelo executivo no âmbito das autarquias locais e entidades intermunicipais.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

32

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Nós mantemos a posição já tomada anteriormente nesta matéria. Não é um tema consensual, há Câmaras que aceitam algumas, outra negam todas, na CIM Cávado penso que todas as camaras rejeitaram, por receio ao que está por vir. De facto, não se conhecem os pacotes financeiros que vêm com a assunção destas competências e podemos estar no limite a assumir encargos futuros muito significativos. Esta é uma matéria muito mal preparada pelo governo, deveria dizer para a competência assumida, quais os meios necessários, e quais os recursos financeiros a transferir do orçamento de estado. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria, com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Jorge Lestra e José Fernando Moura e com um voto contra do deputado Acácio Gonçalves, aceitar a transferência da competência na área da cultura (DL n.º22/2019 de 30 janeiro) e não aceitar a transferência das competências da Proteção e Saúde Animal, Educação e Saúde, para o município, e do mesmo modo, aceitar no âmbito intermunicipal (CIM – Alto Tâmega) a transferência das competências nas áreas da Saúde e Educação.

4.13. EHATB / Relatório de Contas 2018. / Para conhecimento;

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou se a EHATB tem feito os autos de entrega que são obrigatórios e assinados pelas partes. No ano passado, foram atribuídos 600 mil euros para Montalegre para fazerem várias estradas, mas convém saber se são fiscalizados. Não podem fazer o que querem e bem lhe apetece. Entregam a obra e assina-se o auto de entrega como deve ser.

O Senhor Presidente da Câmara disse que são feitos autos de entrega que podem ser consultados e que têm de passar pela aprovação da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

33

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho
Vinhas

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes